

Venezuela em transe



» cb.poder | **MANUEL FURRIELA** | REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA E PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Especialista considera que a ação militar contra a Venezuela foi um caso isolado, mas reconhece que os EUA passarão a dar maior atenção àquilo que acontece na América Latina. Só que não ao ponto de interferir na política interna e eleitoral

“Brasil não tem que recear interferência”

» LETÍCIA CORRÊA*

Para Manuel Furriela, reitor da Universidade Católica de Brasília (UCB) e professor de relações internacionais, a invasão à Venezuela e os sequestros do presidente Nicolás Maduro e da mulher Cilia Flores são um caso “isolado” e que não deve se estender a outros países na América Latina — como a Colômbia, sobre a qual o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, teceu comentários. Na entrevista concedida às jornalistas Denise Rothenburg e Paloma Oliveto, na edição de ontem do programa CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília —, ele recomenda que as demais nações latino-americanas mantenham-se vigilantes, mas não considera que uma invasão como a ocorrida no sábado passado se repetirá. Furriela também avalia como pouco provável alguma intervenção de Washington nas eleições brasileiras, em outubro. Isso porque as relações entre os dois países, apesar do desgaste recente, retornou à normalidade do pragmatismo que rege a interação entre os Estados. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Guilherme Felix/CB/D.A Press



construção desse gênero em relação a nenhum estado da América Latina. E mesmo tendo desafetos, as relações são normais. A Colômbia tem um relacionamento com os EUA.

O que esperar da reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

A ONU é a maior organização internacional, tem cerca de 190 estados, ou seja, praticamente todos estão lá representados. Dentro disso, há um departamento que só cuida de questões de segurança internacional. Esse departamento tem 15 membros, cinco permanentes que têm direito a voto e veto e são as principais potências: EUA, China, Reino Unido, França e Rússia. O resto são 10 que a cada dois anos se revezam. Acredito que virá uma política diplomática protocolar ao não cumprimento do direito internacional. Acho que deve ficar restrito a isso, porque não nos cabe e não nos interessa desgastar com os EUA neste momento.

Os EUA deram um recado para a China e para a Rússia de quem manda na América Latina. Esses dois países têm poder de voto e de veto no Conselho de Segurança. Acredita que poderão fazer algo para combater a ação militar na Venezuela?

Os integrantes do Conselho de Segurança podem preparar uma resolução. Podem decidir por uma crítica aos EUA. Podem decidir que medidas sejam aplicadas aos EUA.

A reforma do Conselho de Segurança da ONU é uma pauta do Brasil. O senhor acha que isso pode mudar?

A reforma é impossível. Essa estrutura surgiu depois de 1945 no mundo da época, que não tem mais nada a ver com o mundo hoje. O Brasil, naquele momento, em 1945, reivindicou uma cadeira querendo representar a América Latina. Deixar o Brasil ser permanente não é tão difícil, até porque temos um peso internacional e não somos um Estado com desgaste de imagem.

Nenhuma organização internacional conseguirá fazer nada?

Quando tem grandes potências, dificilmente as organizações internacionais têm grandes medidas. O Conselho de Segurança não vai tomar nenhuma decisão porque os EUA vetam. Em questão ao poderio militar, ao poderio econômico, os países ficam com alcance limitado às medidas que podem ser utilizadas. A sugestão que daria ao governo brasileiro é lutar para que sejam realizadas eleições legítimas na Venezuela. Acho que seria um grande passo para aquela sociedade de começar a sair da ditadura e que o novo governo venezuelano construa algo produtivo, num país que tem tanto petróleo e que tem como oferecer para seus cidadãos uma condição de vida melhor. Seria um bom papel para a América Latina fazer em relação à Venezuela.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

segurança. Tem desde a questão de Israel, que é um aliado importante, às questões de petróleo envolvendo o Iraque ou Afeganistão. Teremos uma agenda mais próxima. Houve uma retomada de diálogo do governo norte-americano com o brasileiro. É uma agenda que pode interessar ao Brasil e aos EUA, e retomar o comércio de produtos que interessam aos norte-americanos. Isso tudo mostra que vai haver uma atenção maior dos EUA aqui. Acho que o caso da Venezuela é isolado no sentido das características do que aconteceu lá.

Mas nós temos eleições este ano e há o receio de que os EUA queiram interferir. É possível?

Em relação às eleições que a gente vai ter na América Latina, vai ter bastante atenção. Os norte-americanos tiveram, por exemplo, em relação ao Chile, onde vai haver agora uma mudança de poder — houve uma eleição de um governo mais alinhado aos interesses norte-americanos. Um envolvimento direto é impossibilidade jurídica e técnica, mas apoio a correntes de interesse norte-americano, acredito que é natural. Não vejo problema nisso. Os estados tentam, de alguma forma, buscar governos mais alinhados. O próprio Brasil faz isso. O governo norte-americano vai buscar, no mínimo, fazer com que, mesmo que sejam governos de visão diferente, haja uma relação produtiva entre os dois, que é o cenário que temos aqui no Brasil. A gente não tem que ter receio de uma interferência, mas, sim, que se busque a construção de agenda conjunta.

A administração Trump rasgou o direito internacional. A gente tem motivos para temer?

Não propriamente, mas há uma retomada de atenção dos EUA para a América Latina. Se a gente for acompanhar, o principal foco de atenção dos EUA era o Oriente Médio-Ásia por questões de

Há uma retomada de atenção dos EUA para a América Latina. Teremos uma agenda mais próxima, que pode interessar ao Brasil e aos EUA, e retomar o comércio de produtos que interessam aos norte-americanos. Vai haver uma atenção maior dos EUA aqui”

desenvolvida com Trump?

Acho que não. Se a gente for fazer uma análise, essa intervenção não segue as possibilidades que o direito internacional prevê. Então, o Brasil, ao fazer crítica neste aspecto técnico, eu acho que não interfere no relacionamento que a gente pode ter. Há uma agenda que agora interessa pros dois Estados. Os EUA necessitam ser abastecidos de produtos brasileiros que estavam inflacionando esse desabastecimento. O mercado americano não dá para deixar de comprar do Brasil e acho que se chegou a uma agenda de interesses comuns. Tem que ver se o governo brasileiro vai usar um tom mais assertivo. Vou cair na parte técnica, eu acho que não é a parte pessoal. Difícil. Vai entrar na conveniência dos dois. Crítica a parte técnica, mas não a parte pessoal.

Falou-se muito sobre a internacionalização da Amazônia. Como fica isso diante dessa invasão?

Se você pegar a Amazônia, não só a parte brasileira, mas dos outros países, é do tamanho da Europa Ocidental. É muito expressiva em termos territoriais e ali se imaginava quantos recursos naturais poderiam ter. É um dos motivos pelos quais o Brasil construiu

Transamazônica. Hoje em dia existe uma outra teoria, de que esses países não cuidam bem da Amazônia e o planeta inteiro vai padecer. A internacionalização está mais ligada a isso. Mas não acredito que ninguém vai tomar uma medida desse gênero.

Mas pode, novamente, usar a narrativa do tráfico de drogas...

A tomada de territórios não faz mais sentido. O que faz mais sentido é buscar governos aliados locais, geopoliticamente essa é a visão mais comum.

O senhor citou a Colômbia. O presidente Gustavo Petro tem motivos para se preocupar?

As questões são distintas. No caso venezuelano, havia um governo ilegítimo que não comprovou ter sido eleito. Têm questões, também, envolvendo acusação de relacionamento direto com grupos de narcotraficantes, que os EUA qualificaram como grupos terroristas.

Tem os interesses norte-americanos mais expressivos em relação a terras raras, mas, principalmente, a voltar a explorar o petróleo. A Venezuela tem as maiores reservas do planeta inteiro. Tem mais até do que o Oriente Médio. Ali tem uma conveniência que pode retomar a exploração do petróleo. O Petro

não é o Maduro por ter sido eleito e também os interesses americanos. Acho que é um caso peculiar da Venezuela.

Internamente nos EUA pode ser que o Congresso faça algo, porque era necessária a consulta ao Congresso para essa intervenção militar — o que não aconteceu. Então, existe uma brecha para que o Congresso tome alguma providência...

Temos duas situações aí. Uma: como fica a condição de Maduro ante a Justiça Americana. Acho que não muda nada. Ele estava sendo processado pela Justiça dos EUA. Não havia alcance porque ele não estava no território norte-americano. A partir do momento em que agora está, a Justiça prossegue suas ações e não vai questionar como ele foi trazido a julgamento. Não vejo nenhuma consequência nesse aspecto.

Agora, o Congresso americano pode questionar Trump. As decisões tomadas pelo governo dos EUA, em termos militares, quando são internacionais, sim. Mas mesmo que haja questionamento, há uma maioria do Partido Republicano, partido do presidente. Maduro não era uma personalidade que desfrutava de apreço.

Acha possível Trump atacar novamente o outro país ou isso para enquanto ele não arrumar a Venezuela?

Estamos todos seguros, mesmo governos com desafetos. Por exemplo: Cuba. É maior desafeto que eles (os EUA) têm na América Latina. Qual é o objetivo de uma medida desse gênero? Tem que ter uma justificativa. Concordemos ou não, na Venezuela foi construída uma justificativa. Não há nenhum tipo de